

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: UMA AGENDA PARA A MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE DO ESPÍRITO SANTO

REGIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT: AN AGENDA FOR THE CENTRO-OESTE MICRO-REGION OF ESPÍRITO SANTO

¹Érika de Andrade Silva Leal.

²Leandro de Souza Lino.

³Ivana Sousa Marques.

⁴Renata Morandi Lóra.

¹IFES Campus Cariacica. E-mail: professoraerikaleal@gmail.com.

²Unicape/FAESA. E-mail: lsino@gmail.com.

³Prefeitura de Vila Velha. E-mail: ivanasmarques@gmail.com.

⁴Prefeitura de Vila Velha. E-mail: renatamorandi@gmail.com.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 13/05/2021, aceito em 16/07/2021 e publicado em 02/09/2021.

Resumo: O mundo vive um período de fortes Transições Tecnológicas (TT's). As TT's são definidas como amplas transformações tecnológicas na maneira como as funções sociais, tais como transporte, comunicação, habitação e alimentação, são realizadas/alcançadas (GELLS, 2002). Nesse cenário, a sociedade já não quer conviver mais com a depredação do meio ambiente e com a extrema pobreza em todas as suas fases. Isso fica evidenciado no Acordo de Paris e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) que, entre outras ações, estabelecem compromettimentos entre os países signatários para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, que são políticas do lado da demanda (IEDI, 2021), ao mesmo tempo que se espera dos Governos uma série de ações do lado da oferta. Nesse contexto, um dos desafios impostos trata-se do desenho e execução de políticas que levem ao desenvolvimento sustentável. Partindo de um Diagnóstico já previamente realizado para microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo e de todo o arcabouço teórico que envolveu a construção dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, objetivou-se com este artigo construir um conjunto de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste.

Palavras-chave: Transições tecnológicas; planejamento; diretrizes; desenvolvimento; sustentabilidade.

Abstract: The world is going through a period of strong Technological Transitions (TT's). TT's are defined as broad technological transformations in the way social functions, such as transportation, communication, housing and food, are carried out / achieved (GELLS, 2002). In this scenario, society no longer wants to live with the depredation of the environment and extreme poverty in all its phases. This is evidenced in the Paris Agreement and the United Nations (UN) Sustainable Development Goals, which, among other actions, establish commitments between the signatory countries to reduce greenhouse gas emissions, which are policies on the side demand (IEDI, 2021), while a series of actions on the supply side are expected from governments. In this context, one of the challenges imposed is the design and implementation of policies that lead to sustainable development. Based on a

Diagnosis previously carried out for the Midwestern micro-region of Espírito Santo State and the entire theoretical framework that involved the construction of the 17 Sustainable Development Goals, this article aims to build a set of strategic guidelines for the development of the Midwestern micro-region of Espírito Santo State.

Keywords: Technological transitions; planning; guidelines; development; sustainable.

1 INTRODUÇÃO

O desafio do desenho e da execução de políticas que visem proporcionar a melhoria das condições de vida das pessoas e o alcance da prosperidade é instigante. Essas políticas despertam o interesse não apenas dos *policy makers*, mas também de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. É necessário elaborar estudos e/ou planos de desenvolvimento regional, de modo a diagnosticar as realidades locais e a apresentar propostas voltadas para o progresso dos diferentes locais.

No Brasil, em maio de 2019, foi aprovado o Decreto nº 9.810, para instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades que resultem em crescimento, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Uma das estratégias fundamentais para a execução do PNDR é a estruturação do sistema de governança do desenvolvimento regional para assegurar a articulação setorial das ações do Governo Federal, a cooperação federativa e a participação social (BRASIL, 2019a).

Nesse cenário, o Governo do Estado do Espírito Santo, também em 2019, iniciou os trabalhos para construção de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Para esse propósito, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, elaborou um convênio em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o objetivo de realizar uma pesquisa para subsidiar a construção de

diagnósticos e de planos de ação para compor o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável nas nove microrregiões do interior capixaba, considerando que a Região Metropolitana da Grande Vitória já possui o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

Essas nove microrregiões do interior foram divididas no que se convencionou chamar de Arranjos, sendo estes definidos por um conjunto de duas ou três microrregiões.

Durante os meses de julho de 2020 a janeiro de 2021, em plena pandemia do Covid-19, as equipes de pesquisas se dedicaram a levantar as informações primárias e secundárias para compreender seus territórios e subsidiar a elaboração das políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável do interior do estado capixaba para os próximos 15 anos. O Plano de Trabalho do Convênio que disciplina o DRS explicita que as pesquisas seriam conduzidas em 05 eixos temáticos, a saber: Território, Ambiental, Social, Econômico e Gestão Pública (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2020).

Passada a fase de Diagnóstico, este artigo tem como objetivo construir uma proposta de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da microrregião Centro-Oeste, que integra o Arranjo 3, considerando os 05 eixos temáticos já referenciados. A referida microrregião, compreende os municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

Este artigo está dividido em outras 04 seções, além dessa introdução e das considerações finais. A segunda seção apresenta uma breve discussão referente ao planejamento e desenvolvimento em tempos de transição tecnológica; a terceira traz os aspectos metodológicos; enquanto a quarta, discute a proposta de agenda no formato de diretrizes estratégicas para a microrregião por eixo temático e a quinta traz as considerações finais do artigo.

2 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE TRANSIÇÕES TECNOLÓGICAS

As discussões que envolveram a proposta de agenda para a microrregião Centro-Oeste consideraram pelo menos três aspectos: o planejamento; a própria concepção de desenvolvimento; e o processo de transições tecnológicas ou transições tecnológicas para a sustentabilidade cujo debate tem sido liderado no mundo pelas Organizações das Nações Unidas (ONU).

O planejamento é uma etapa crucial na elaboração de políticas de desenvolvimento. É um processo decisório de cunho político-social que depende de informações precisas, transparência, ética, aceitação de diferentes visões e disposição para negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis por toda a sociedade (OLIVEIRA, 2006).

Ou ainda um processo de comunicação e negociação sobre um desejo futuro, envolvendo interação de numerosos indivíduos que barganham e negociam para alcançar objetivos que ao menos parcialmente reflitam seus próprios interesses construídos sobre valores compartilhados (MUNRO, 2017; CHIMHOWU *et al.*, 2019).

Os planos de desenvolvimento foram adotados pelos países em distintos momentos e com diversas concepções. Chimhowu *et al.* (2019) argumentaram que nos fins dos anos 1980 e durante os anos 1990 com a onda

liberal no mundo, os planejamentos liderados pelos Estados foram perdendo força. Tais autores encontraram um relatório, elaborado em 2006 pelo Banco Mundial, que afirmava que 62 países no mundo possuíam planos de desenvolvimento naquele ano. Passados 10 anos, em 2016, eles replicaram o estudo do Banco Mundial e encontraram que 134 países possuíam algum plano nacional de desenvolvimento. Assim, mais de 80% da população mundial vive em economias que possuem algum plano nacional de desenvolvimento.

Esse ressurgimento dos planos de desenvolvimento em parte pode ser explicado pela necessidade de coordenação de atividades que levem os países a alcançarem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizado pelas Nações Unidas. Ademais, parece haver um reconhecimento por parte dos *policy makers* de que as forças de mercado não podem coordenar as atividades que levam ao desenvolvimento e a transformações estruturais (CHIMHOWU *et al.*, 2019).

Há, de fato íntima, relação entre a definição de desenvolvimento adotado nas discussões da proposta de agenda para a microrregião Centro-Oeste e o curso de eventos que culminaram nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No que se refere especificamente a sustentabilidade, suas discussões envolvem três pilares básicos, também denominados como “*triple bottom line*”. Este conceito consiste em apontar a execução de ações voltadas para questões sociais, econômicas e ambientais (MIRANDA, 2018). A essência desta discussão, de acordo com relatório de United Nations (1987), relaciona-se à execução de ações de modo que se possa satisfazer

[...] as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (UNITED NATIONS, 1987, p. 27).

As Organizações das Nações Unidas (ONU) veem liderando a discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade no mundo. Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, foi acordada a Agenda 21, consolidada em 2000, quando 191 países membros da ONU assumiram um compromisso denominado Declaração do Milênio (PNUD, 2013), resultando na definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2019b).

Em 2012, na Conferência da ONU, foi lançada no Brasil, a Agenda 2030, que agrega um conjunto de 17 objetivos que se desdobram em 169 metas para conduzir os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo até 2030.

Ademais, no campo acadêmico no início desse século, as teorias que tratam das Transições Tecnológicas (TT's), que contribuem para o embasamento teórico das discussões da ONU, têm ganhado destaque na literatura internacional. As TT's são definidas como amplas transformações tecnológicas na forma como funções sociais tais como transporte, comunicação, habitação e alimentação são realizadas/alcançadas. Isso não envolve apenas mudanças tecnológicas, mas mudanças em elementos como práticas dos usuários, regulação, rede de indústrias, infraestrutura e significados simbólicos (GELLS, 2002; 2004; 2010).

Nos últimos anos, este modo de pensar sobre os amplos processos de mudança tecnológica inserindo parâmetros sociais, econômicos e institucionais têm atraído atenção no campo dos estudos de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I).

Mazzucato (2014; 2021) tem desenvolvido inúmeros trabalhos orientando Governos sobre a necessidade de liderança do Estado no planejamento e orientação de ações que levem a mudanças estruturais na economia e ao desenvolvimento. Segundo a autora, face às mudanças climáticas é

crucial que os Estados executem ações deliberadas que permitam aos empresários o desenvolvimento de tecnologias que consigam acelerar a transição necessária para aliviar as pressões sobre o clima.

O mundo já não quer conviver mais com a depredação do meio ambiente e com a extrema pobreza em todas as suas fases. Isso fica evidenciado no Acordo de Paris e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU que, entre outras ações, estabelecem comprometerimentos entre os países signatários para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, que são políticas do lado da demanda (IEDI, 2021).

No Brasil, especialmente no caso capixaba, nota-se a necessidade premente da orientação do Estado nas políticas de desenvolvimento, sem perder de vista o reconhecimento das limitações do planejamento como ferramenta capaz de prever e controlar o futuro. Por exemplo, em 2013, foi construído o Plano de Governo ES 2030 com um conjunto de ações e metas ousadas para o desenvolvimento do estado em 2030 (ESPÍRITO SANTO, 2013). No intervalo de 07 anos, ocorreram profundas mudanças nos cenários brasileiros e capixabas. Os eventos que aqui ocorreram ilustram os desafios do desenho e da execução do planejamento das políticas públicas. Em 2013, não seria possível prever do ponto de vista político, o tamanho da crise que se abateria sobre o país, com o impeachment de uma Presidenta da República. Do ponto de vista econômico, o país mergulhou em uma crise sem precedentes nos últimos 20 anos com impactos profundos sobre a economia capixaba.

Em termos ambientais, o estado capixaba vivenciou sua maior crise hídrica na história recente e foi atingindo pelo maior desastre ambiental da história do Brasil, o desastre da Samarco. Soma-se a todos esses eventos, a pandemia do coronavírus que quando chegou em solo capixaba, em março de 2020, encontrou a

população já fragilizada (SESSA *et al.*, 2020). É nesse cenário que o Governo do Estado do Espírito Santo tem o desafio de liderar o planejamento e a execução de políticas que atentam às demandas e anseios das pessoas no presente ao mesmo tempo que deve lançar as bases para a construção do futuro.

3 METODOLOGIA

Elaborar diretrizes para uma agenda de desenvolvimento de uma região não é uma tarefa trivial. Primeiramente, é preciso esclarecer o que se entende por uma diretriz. Neste artigo, diretriz ou diretrizes estratégicas se referem aos caminhos, às linhas mestras que devem ser seguidas para o alcance de um objetivo. Nesse caso, o objetivo é o desenvolvimento sustentável da microrregião Centro-Oeste. Este conceito de diretriz foi inspirado nos trabalhos de Oliveira (2009).

Uma vez definido o conceito, o passo seguinte se refere ao ponto de partida para a construção das diretrizes. Nesse caso, partiu-se do Diagnóstico Integrado da microrregião que foi construído ao longo de 2020. Tal Diagnóstico contempla uma

análise dos planos de governo anteriores, um levantamento de indicadores e uma síntese das aspirações sociais do território. Essas aspirações sociais foram captadas por meio de entrevistas realizadas com moradores (formulário Google Forms respondido por 181 moradores), lideranças e membros do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) da microrregião.

Em função da pandemia do Covid-19, a maior parte das entrevistas foi realizada por videoconferência. A coleta de dados ocorreu durante os meses de agosto a dezembro de 2020.

Visando compatibilizar os 05 eixos do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, elaborou-se uma abordagem das diretrizes estratégicas alinhando os 17 objetivos dos ODS aos 5 eixos temáticos do DRS. As diretrizes estratégicas foram construídas por áreas dentro dos eixos temáticos como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Alinhamento dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável com os eixos temáticos do DRS.



Fonte: ODS, 2021. Adaptado pelos autores

A seção a seguir apresentará as diretrizes com suas respectivas justificativas e sempre que possível mostrando as intersectorialidades das políticas públicas envolvidas em cada diretriz.

4 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE

4.1 EIXO TEMÁTICO – SOCIAL

Esta seção tratará sobre as diretrizes no eixo social, tendo em vista questões como desigualdade e pobreza, saúde e bem-estar, educação e segurança.

4.1.1 Desigualdade e Pobreza

Erradicar a pobreza em todas as suas formas e todos os lugares é o Objetivo nº 1, dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Como evidenciado no Plano de Desenvolvimento ES 2030, há bolsões de pobreza expressivos na região (ESPÍRITO SANTO, 2013). Estima-se, a partir de dados do CadÚnico, que cerca de 65 mil pessoas vivem em condição de pobreza na microrregião, dos quais 31 mil estão em situação de extrema pobreza, isto é, sobrevivem com menos R\$146,90 por mês, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de Pobres e/ou Extremamente Pobres no CadÚnico no Espírito Santo, por Município (2019)

Município	Extremamente Pobres	Pobres	Total	Participação % dos extremamente pobres no total	Participação % dos pobres no total
	Em números absolutos				
Alto Rio Novo	2.778	4.122	4.835	57,5	85,3
Baixo Guandu	5.291	9.716	13.640	38,8	71,2
Colatina	8.474	21.959	32.174	26,3	68,3
Governador Lindenberg	1.165	2.791	4.088	28,5	68,3
Marilândia	1.090	2.738	4.146	26,3	66,0

Pancas	4.543	7.183	9.029	50,3	79,6
São Domingos do Norte	1.843	2.608	3.346	55,1	77,9
São Gabriel da Palha	2.945	6.715	9.565	30,8	70,2
São Roque do Canaã	1.369	2.560	3.639	37,6	70,3
Vila Valério	2.476	4.877	6.050	40,9	80,6
Centro-Oeste	31.974	65.269	90.512	35,3	72,1
Espírito Santo	575.400	918.990	1.174.599	49,0	78,2
Participação % da região no total do ES	5,6	7,1	7,7	-	-

Fonte: IJSN, 2019.

Nota: Linha de pobreza de US\$ 5,5 dia (R\$ 425,22 centavos em valores de março de 2019) e de extrema pobreza de US\$1,9 dia (R\$ 146,90 centavos em valores de março de 2019) - adotada pelo Banco Mundial para países de renda média alta como o Brasil.

Após 7 anos da elaboração do Plano ES 2030, a população ainda continua altamente dependente de programas sociais de transferência de renda. Destaca-se que os dados apresentados já eram elevados num contexto de ausência da pandemia e se tornaram ainda mais desafiadores com o advento da Covid-19.

Quando se analisa o percentual de pobres e extremamente pobres por gênero, as mulheres são a maioria e, além disso, há um elevado número de famílias com crianças menores de 06 anos, isto é, na primeira infância pobres, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2: Número de famílias com membros na primeira infância no CadÚnico, em situação de pobreza e extrema pobreza por município e microrregião (2019)

Município	Número de Famílias	Famílias com crianças menores de 6 anos	Famílias pobres com crianças menores de 6 anos	Famílias extremamente pobres com crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos - pobres	Crianças menores de 6 anos - extremamente pobres
Alto Rio Novo	1.689	397	388	300	473	463	367
Baixo Guandu	5.125	1.254	1.141	736	1.454	1.339	900
Colatina	11.862	3.200	2.763	1.291	3.866	3.410	1.715
Governador Lindenberg	1.266	323	284	155	379	339	188
Marilândia	1.359	328	293	144	387	352	182
Pancas	3.072	767	716	501	866	815	582
São Domingos do Norte	1.130	251	237	196	307	291	243
São Gabriel da Palha	3.356	888	799	425	1.085	990	556
São Roque do Canaã	1.293	294	268	161	350	324	202
Vila Valério	1.918	517	497	314	617	596	390
Centro-Oeste	32.070	8.219	7.386	4.223	9.784	8.919	5.325
Espírito Santo	415.109	114.773	107.492	76.519	139.476	131.779	96.179
Participação % da região no total do ES	7,7	7,2	6,9	5,5	7,0	6,8	5,5

Fonte: IJSN, 2019.

O quantitativo de crianças na primeira infância pobres entre os cadastrados no sistema do CadÚnico em Alto Rio Novo é de mais de 97%. São 463 crianças pobres e dessas 367 vivem em condição de extrema pobreza. Políticas voltadas para grupos específicos como mulheres, crianças, negros e jovens são necessários na microrregião. Essas políticas possuem intersetorialidade uma vez que, por exemplo, ações voltadas para a primeira

infância terão impactos positivos em saúde e bem-estar do indivíduo na fase adulta, o que permitirá à localidade ter uma força de trabalho mais produtiva, melhor renda e paz social.

Ademais, os 05 primeiros objetivos do desenvolvimento sustentável são voltados para o desenvolvimento humano, como mostrado no item metodológico.

Nesse contexto, no eixo social, uma das diretrizes para desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste é a atuação de maneira específica e direcionada para as particularidades locais, visando à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades sociais e à promoção do desenvolvimento humano.

4.1.2 Saúde e Bem-Estar

“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” é o Objetivo 3 do ODS. Isso implica o cuidado não apenas com doenças recorrentes, mas também a conscientização quanto ao uso de drogas e álcool e a saúde mental do indivíduo.

No que tange aos serviços de saúde, a oferta desses serviços evoluiu ao longo do tempo. A centralidade de Colatina na oferta de serviços de saúde, com a existência de hospitais, inclusive com um atendimento à população cuja área de abrangência extrapola as fronteiras de sua microrregião e do estado, foi ressaltada por boa parte dos entrevistados. No entanto, quando se adentra aos municípios e distritos do interior das cidades, há regiões em que os serviços de saúde não atendem de forma satisfatória, sendo em alguns casos, escassos e/ou precisando de melhorias.

Com a pandemia de Covid-19, tanto os investimentos em infraestrutura hospitalar quanto em atendimentos psicológicos deverão ser ampliados. O cuidado com a saúde integral do indivíduo, que passa pela atenção aos contextos sociais, familiares e culturais, deve ser

observado. Assim, uma diretriz para o desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste é o fortalecimento da rede de atenção primária e de serviços de saúde em todos os distritos do território.

4.1.3 Educação

Promover Educação de Qualidade em todos os níveis é crucial para o desenvolvimento regional.

Na microrregião Centro-Oeste, no tocante à educação, o número de escolas de educação infantil e de ensino fundamental se reduziu, cujo efeito é sentido sobretudo entre a população rural. As aspirações relacionadas à educação no campo são significativas. Envolvem questões relacionadas à manutenção e melhoria da infraestrutura das Escolas Rurais. Outra demanda da população rural é a adoção da Pedagogia da Alternância, que, como ressaltado pelos entrevistados, é um método de ensino que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano. Há uma preocupação geral com a continuidade da disponibilidade de mão de obra e com a qualidade de vida no campo.

Em termos de medida de qualidade, avaliada com base nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tem-se que, na região Centro-Oeste, assim como no Espírito Santo, a melhoria foi significativa nos anos finais. Entretanto, resalta-se que as metas projetadas para o ano de 2019 não foram cumpridas, como pode ser notado mediante Tabela 3.

Tabela 3: Ideb e Projeções da Rede Pública: Ensino Fundamental – Anos Finais (2005 a 2019)

Unidade territorial	Ideb								Projeção INEP		
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	Situação em relação a Projeção de 2019	2019	2021
Alto Rio Novo	3,7	3,9	3,4	3,8	4,8	4,1	5,3	5,3	Abaixo	5,4	5,7
Baixo Guandu	3,6	3,8	4,2	4,2	4,1	4,0	4,4	4,7	Abaixo	5,4	5,6
Colatina	4,2	4,3	4,5	4,3	4,6	4,8	4,9	4,7	Abaixo	5,9	6,1
Governador Lindenberg	4,4	4,6	4,7	4,3	4,4	4,6	5,3	5,0	Abaixo	6,1	6,3

Marilândia	4,6	4,7	5,2	5,1	5,4	4,9	5,6	5,3	Abaixo	6,2	6,4
Pancas	3,9	4,3	4,2	4,0	4,5	4,3	4,7	4,9	Abaixo	5,6	5,8
São Domingos do Norte	4,0	3,9	3,8	4,4	4,5	4,2	4,4	4,8	Abaixo	5,7	5,9
São Gabriel da Palha	3,9	3,5	4,0	4,2	4,1	4,0	4,7	5,4	Abaixo	5,6	5,8
São Roque do Canaã	4,2	4,4	4,6	4,7	5,1	5,2	5,5	5,1	Abaixo	5,9	6,1
Vila Valério	4,2	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	5,2	5,0	Abaixo	5,9	6,1
Espírito Santo	3,5	3,7	3,8	3,9	3,9	4,1	4,4	4,7	Abaixo	5,2	5,5

Fonte: DRS, 2020. Com base nos dados do INEP, Ideb 2005 a 2019.

Ainda sobre as metas do Ideb indicadas para 2019, nota-se, a partir da referida tabela, que o município que mais se aproximou do resultado projetado para o referido ano foi Alto Rio Novo (5,3/5,4). No entanto, ainda entre os resultados apresentados para o ano de 2019, verifica-se que São Gabriel da Palha (5,4/5,6) alcançou melhor Ideb, apesar de também não ter alcançado a meta projetada.

No que tange aos níveis Médio, Técnico e Superior, observa-se que nesses níveis a oferta e a qualidade são um pouco menos críticas que a educação básica e rural. Neste caso, vale mencionar o protagonismo dos dois Ifes da região, nos campi de Colatina e Itapina, que permitem a oferta de cursos de graduação e pós-graduação públicos e de qualidade. Também merece destaque a presença da Unesc, instituição privada com oferta de cursos em praticamente todas as áreas do conhecimento, especialmente em saúde. Mesmo diante desta oferta de cursos de nível Superior, foram apontadas necessidades de melhoria, sobretudo em cursos técnicos nas áreas de agricultura, confecções e construção civil.

Promover uma educação de qualidade em todos os níveis e para todos é fundamental para o desenvolvimento humano e para a redução das desigualdades sociais. Para esta área, a partir dos

indicadores analisados e das aspirações sociais, foram elencadas pelo menos 4 diretrizes, a saber: i) Implementação de melhorias nas práticas de ensino em todos os níveis, especialmente na educação básica; ii) Melhoria na infraestrutura das escolas da educação básica da região; iii) Estímulo às práticas de empreendedorismo e de cooperativismo nas escolas da região e iv) Alinhamento da oferta de cursos de ensino técnico e superior da região, com suas vocações e potencialidades.

Essas diretrizes se relacionam com o Objetivo 3 do ODS. Uma educação de qualidade permite à sociedade criar empregos melhores com maior produtividade e remunerações, condições fundamentais para uma sociedade mais pacífica.

4.1.4 Segurança e Paz

Ainda que os desafios para promover um estado seguro estejam presentes e não podem ser ignorados, não se pode também deixar de mostrar que uma das áreas em que as políticas de estado no Espírito Santo lograram êxito nos últimos anos foi a segurança. Como pode ser visto na Tabela 4, apesar de oscilar os resultados, ocorreu uma queda nas taxas de homicídios, tanto no estado como em boa parte dos municípios da microrregião Centro-Oeste, especialmente em Baixo Guandu.

Tabela 4: Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes, por Município (2011 a 2019)

Local	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Rio Novo	27,23	-	63,77	25,35	25,21	37,60	62,33	-	38,28
Baixo Guandu	85,68	78,57	77,11	57,51	47,67	37,94	34,60	16,20	22,58
Colatina	38,25	29,19	24,86	23,83	22,83	26,70	25,70	13,16	12,24
Governador Lindenberg	36,40	-	16,73	24,75	40,70	8,04	15,87	-	7,87
Marilândia	8,93	26,58	-	8,18	-	24,04	15,87	15,75	7,79

Pancas	36,98	18,41	17,30	34,37	29,89	29,71	25,32	30,36	43,13
São Domingos do Norte	62,22	24,78	58,17	57,79	45,93	-	11,34	23,29	11,58
São Gabriel da Palha	12,40	24,50	28,38	30,74	41,29	13,57	37,46	13,38	21,08
São Roque do Canaã	8,82	26,30	-	-	16,15	8,01	15,90	16,24	24,16
Vila Valério	72,32	36,17	88,96	68,33	81,87	54,51	81,65	63,89	63,92
Centro-Oeste	39,88	31,18	33,52	31,09	31,89	25,66	30,34	17,09	20,48
Espírito Santo	48,18	46,42	40,74	39,43	35,37	29,64	34,83	27,89	24,34

Fonte: SESP apud IJSN, 2020a.

A queda na taxa de homicídios foi sentida pela população. Quando perguntado aos entrevistados o que a cidade possui de melhor, dos 181 entrevistados, 117 afirmaram ser a tranquilidade e 50 a segurança, entre as 03 opções que poderiam escolher. Todavia, nos municípios menores e nos distritos das cidades a segurança não é satisfatória. A patrulha rural não funciona de forma plena e, segundo os entrevistados, os profissionais da segurança pública muitas vezes não possuem combustível para fazerem a ronda nas comunidades rurais, deixando essa população desassistida.

Nesse sentido, a promoção de ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social na região de acordo com as particularidades locais é uma diretriz que deve ser inserida para o planejamento do futuro da microrregião. Isso inclui o desenho de uma série de ações voltadas para os jovens e para as mulheres, que são grupos vulneráveis. Assim, valorizar as ações voltadas para a cultura e o lazer são importantes, especialmente se considerar a intersetorialidade de suas políticas públicas. Essas ações geram emprego, renda e bem-estar para as pessoas.

Quando perguntados sobre o que a localidade em que residem possui de pior, o segundo item mais citado foi “opções de lazer”, lembrado por 88 dos 181 entrevistados. Há uma percepção geral das potencialidades da região no que tange à valorização da cultura e do potencial turístico.

4.2 EIXO TEMÁTICO – TERRITÓRIO/ INFRAESTRUTURA

Esta seção abordará as diretrizes para o eixo temático infraestrutura considerando questões como saneamento, habitação, logística de transportes, energia e telecomunicações.

4.2.1 Água Potável e Saneamento

O Objetivo 6 do Desenvolvimento Sustentável consiste em “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”.

No que se refere à qualidade da água e à questão do saneamento não há dúvidas da relevância dessas questões para o desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste, especialmente a problemática da qualidade hídrica que teve sua situação em muito afetada pelo desastre da Samarco, ocorrido em novembro de 2015.

Este desastre acabou impactando o rio Doce, que por sua vez já vinha há tempos sendo maltratado. Leal e Villaschi (2020) mostraram, com inúmeros exemplos, que as plantas industriais que se instalaram em Colatina nos anos 1960 e 1970, pós erradicação dos cafezais, foram construídas nas proximidades do rio, jogando seus resíduos nos cursos d’água sem nenhum tratamento. Os autores argumentaram que foram as pressões internacionais pelo cuidado com o meio ambiente que impuseram aos governos nacionais a criação de legislações que protegem o meio ambiente, que no final do século passado fizeram boa parte da sociedade promover melhorias em suas práticas de produção e consumo.

Após o desastre da Samarco, a ANA (2016) mostrou que a qualidade da água do

rio Doce estará sujeita a variações decorrentes da liberação da massa de rejeitos acumulada na calha do rio quando da ocorrência de chuvas e consequente aumento da vazão, intervenções físicas abruptas no rio e outras ações antrópicas. Ela relatou que podem ocorrer novos picos de turbidez, queda de oxigênio dissolvido, aumento temporário da concentração de metais e prejuízos para os diversos usos de água da bacia, por períodos indeterminados e, ainda, imprevisíveis. A recuperação da qualidade das águas será, portanto, um processo longo e persistente, que deverá ser acompanhada por monitoramento qualitativo consistente e minuciosa investigação dos vários aspectos envolvidos.

Em saneamento, as preocupações com o esgotamento rural, doméstico e industrial devem estar na pauta dos gestores locais.

A Tabela 5 apresenta o panorama geral do serviço de atendimento de esgotamento sanitário na microrregião Centro-Oeste. Como pode ser observado, os municípios de Baixo Guandu e Colatina possuem a melhor cobertura, quase 90% de atendimento. São Domingos do Norte e São Roque do Canaã possuem a menor

cobertura. Nesses municípios, nem 50% da população é atendida com coleta e tratamento de esgoto. Isso mostra o quão distante a microrregião se encontra de alcançar a meta de universalizar o acesso à água potável e saneamento até 2030, estabelecido pela ONU.

Dos gargalos apontados para a melhoria da qualidade da água e do saneamento, especialmente na zona rural e nos pequenos municípios, destacam-se a baixa educação ambiental e as reduzidas possibilidades de financiamento. Nesse sentido, promover ações voltadas à educação ambiental, à gestão e ao financiamento, por meio dos consórcios de municípios, são necessárias e urgentes na microrregião. A diretriz para essa área pode ser expressa como promover a ampliação das redes de tratamento do esgoto.

A qualidade da água e o saneamento impactam diretamente a saúde das pessoas. Assim, ressalta-se a intersectorialidade da política pública, uma vez que ações realizadas para a melhoria das gestões de águas e saneamento básico são fundamentais para a redução de doenças, melhoria da saúde e bem-estar da população.

Tabela 5: Panorama Geral do Serviço de Atendimento de Esgotamento Sanitário

Município	Atendimento	ETE	População total atendida com abastecimento de esgoto (%)
Alto Rio Novo	CESAN	-	61,51%
Baixo Guandu	SAAE	-	87,75%
Colatina	SANEAR	-	87,48%
Governador Lindenberg	SAAE	-	50,66%
Marilândia	SAAE	5	62,69%
Pancas	CESAN	-	47,64%
São Domingos Do Norte	SAAE	1	39,83%
São Gabriel Da Palha	CESAN	-	75,99%
São Roque Do Canaã	CESAN	-	42,62%
Vila Valério	CESAN	-	54,37%
Total da Microrregião	-	6	62,70%

Fonte: SNIS, 2018; IBGE, 2010.

4.2.2 Habitação

Déficits habitacionais, crescimento da mancha urbana, especialmente em Colatina, e a falta de ordenamento territorial (sobretudo no pós-pandemia) estão na pauta

de discussões sobre habitação dos residentes da microrregião. Os dados levantados mostraram que há um contingente expressivo de pessoas na localidade vivendo em habitação precária, como pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6: Total de pessoas inscritas no CadÚnico em situação de déficit habitacional, por município na microrregião, segundo os componentes de déficit em números absolutos e percentuais

Município	Habitação precária*	Coabitação familiar**	Ônus excessivo com aluguel	Adensado	Total ES	
					Absoluto	%
Alto Rio Novo	5	0	418	24	447	3,2
Baixo Guandu	49	6	2.495	52	2.602	18,9
Colatina	470	9	5.865	157	6.501	47,2
Governador Lindenberg	10	0	285	0	295	2,1
Marilândia	29	1	681	20	731	5,3
Pancas	933	8	685	23	1.649	12,0
São Domingos do Norte	279	4	286	23	592	4,3
São Gabriel da Palha	77	3	1.337	41	1.458	10,6
São Roque do Canaã	21	1	507	16	545	4,0
Vila Valério	127	6	373	76	582	4,2
Centro-Oeste	754	20	12.932	59	13.765	100,0
Centro-Oeste - percentual	5,5	0,1	93,9	0,4	100,0	-

Fonte: CadÚnico – março de 2019. Elaboração: IJSN, 2019.

* Habitação Precária corresponde a soma das habitações improvisadas e rústicas

** Na Coabitação Familiar para cálculo do déficit foi considerado apenas o cômodo em função inconsistência da base do cadastro.

*** Famílias conviventes não foram consideradas no cálculo

Essa condição impacta diretamente na saúde das pessoas, sobretudo num contexto de pandemia, em que as condições de salubridade são fundamentais para a prevenção e o tratamento da doença, além da necessidade do distanciamento social. Ademais, habitar em condições precárias não favorecem o bem-estar do indivíduo.

Nesse sentido, o Objetivo 11 do ODS, versa sobre “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Isso só será possível se as lideranças locais tiverem como diretriz a efetividade no tratamento das questões que dizem respeito ao controle do ordenamento do território. As diretrizes para essa área são: i) monitoramento e controle da expansão das cidades; ii) análise e controle das legislações vigentes e implementação de ações voltadas para o ordenamento do território.

Deve-se contemplar o acesso à moradia de forma plena no sentido em que as pessoas estejam alocadas em espaços

adequados, salubres, acessíveis e seguros, com redução das áreas de risco de desabamentos e alagamentos. Nesse cenário, as ações são intersetoriais com as questões de saneamento básico, iluminação, entre outras condições de infraestrutura.

4.2.3 Infraestrutura Logística

A pauta central da infraestrutura no Centro-Oeste inevitavelmente são as demandas por melhoria nas estradas vicinais e a duplicação de trechos da BR 259, que já constavam no Plano de Desenvolvimento ES 2030. O Quadro 1 apresenta a composição multimodal da rede viária da microrregião Centro-Oeste.

A integração da estrutura logística é considerada uma diretriz fundamental para retirar a microrregião do estado de estagnação econômica percebido pela população, tendo papel central no eixo econômico.

Infraestrutura Econômica - Sistemas de Transportes				
São 24 rodovias com extensão total de 1.018,47 km				
São 720 estradas vicinais com extensão total de 3.616,92 km				
Uma ferrovia com 85 km, passando por 2 municípios da Microrregião				
Nome		Extensão	Municípios	
Estrada de Ferro Vitória-Minas		85 km	Colatina e Baixo-Guandu	
Aeroviário				
Nome	Extensão/Larg.	Administração	Município	Pavimento
Aeródromo de Colatina	1.300m / 30m	Privado	Colatina	Asfalto
Aeródromo de Baixo Guandu	1.200m / 30m	Privado	Baixo Guandu	Asfalto

Fonte: IJSN, 2020b.

Ademais, uma infraestrutura logística integrada e organizada representa ganhos em termos de qualidade de vida, uma vez que reduz o tempo gasto em deslocamentos, bem como os acidentes de trânsito. A microrregião sofre com altos índices de acidentes em pontos específicos da BR-259 que precisam ser resolvidos. A média de óbitos por 100 habitantes no Espírito Santo é igual a 18,2, enquanto na região Centro-Oeste é de 24,7 e no município de Colatina, 33,5 óbitos por 100 mil habitantes (SESA, 2020).

4.2.4 Telecomunicações

As questões ligadas a telecomunicações e à energia também são áreas consideradas críticas para o desenvolvimento da microrregião, especialmente os serviços de telecomunicações que são fundamentais para o desenvolvimento de todos os setores produtivos.

Trata-se de um serviço transversal a todos os eixos. Os dados da Anatel apresentados ao longo do diagnóstico mostraram que os municípios da microrregião não têm cobertura satisfatória dos serviços de telecomunicações, especialmente nas áreas mais distantes das sedes municipais.

O Objetivo 9 do ODS, versa sobre indústria, inovação e infraestrutura. Nesse sentido, para as telecomunicações da microrregião Centro-Oeste a diretriz é a

promoção de infraestrutura de telecomunicações e acesso à internet para todos. Isso possibilitará uma maior democratização no acesso às novidades tecnológicas de produção, indispensável para que a localidade possa ampliar sua capacidade produtiva.

4.2.5 Energias

No tocante à energia, as demandas também foram latentes. Embora a microrregião tenha um potencial para o desenvolvimento de energias renováveis, especialmente a solar, os incentivos na área ainda são escassos e desconhecidos na microrregião.

Assim como as telecomunicações, o fornecimento de energias é transversal a todos os eixos e é fundamental para a capacidade produtiva da microrregião.

O Objetivo 7 do ODS trata de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Espera-se, entretanto, que a energia fornecida também seja limpa e barata, para que não haja prejuízos ao meio ambiente durante a sua produção e também não haja dificuldades de acesso pelas pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a diretriz para a área de energias é a promoção do acesso às fontes de energias renováveis, especialmente a solar, a preços e condições favoráveis.

4.3 EIXO TEMÁTICO – ECONOMIA

A atividade produtiva tem intrínseca relação com a ocupação territorial e marca a relação da comunidade com seu território. Pensar o futuro das diferentes localidades implica refletir sobre o futuro das atividades produtivas e sua relação com a sociedade. Esta seção abordará as diretrizes para o desenvolvimento do Eixo Temático Economia.

4.3.1 Agricultura, Indústria e Serviços

A história da microrregião Centro-Oeste não pode ser contada dissociada da atividade cafeeira. Desde a ocupação do território, o café esteve presente no território. Mesmo com a política de erradicação dos cafezais dos anos 1960 e a diversificação das atividades produtivas, o café continuou importante para a economia da região. Mais recentemente, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), mais de 83% do valor das lavouras permanentes da microrregião vem do café. Essa significativa participação do café está relacionada à existência de áreas na microrregião, com condições edafoclimáticas propícias à produção do café *canephora*. Devido a esta condição, apenas 12% da área destinada à lavouras permanentes não eram ocupadas com cafeicultura, em 2017.

Com a crise hídrica que se abateu sobre a região de 2015 a 2017, a produção do café e demais culturas se reduziram. Ações para a recuperação e fortalecimento da agricultura são demandadas e necessárias para o desenvolvimento microrregional. Apesar de formalmente representar pouco mais de 7% do PIB da localidade, a agricultura é fundamental para a geração de emprego e renda em todos os municípios do Centro-Oeste. Tais empregos, em sua maioria não são registrados nas estatísticas oficiais, em virtude da alta informalidade do trabalho no campo.

A agricultura sustentável também está contemplada no Objetivo 2 do ODS, uma vez que a produção de alimentos precisa ser estimulada para permitir aos países zerar a fome. Ademais, essa produção deve ser feita com práticas sustentáveis. Isso implica um cuidado com a natureza, com a produção. O Objetivo 12 do ODS trata dos padrões de produção e consumo. Os consumidores valorizam produtos cultivados de forma agroecológica com o mínimo possível de utilização de fertilizantes não amigáveis ao meio ambiente.

No que tange à indústria, há uma percepção geral de que a microrregião possui um bom ambiente para a atração de plantas industriais. Conta com um conjunto de indicadores referentes à saúde, segurança e educação, com localização geográfica privilegiada, estando praticamente toda inserida na área de abrangência da Sudene, conta ainda com incentivos governamentais estaduais, importantes para a atração de plantas industriais, mas os investimentos no setor industrial da microrregião ainda precisam ser fortalecidos e o parque industrial precisa ser modernizado.

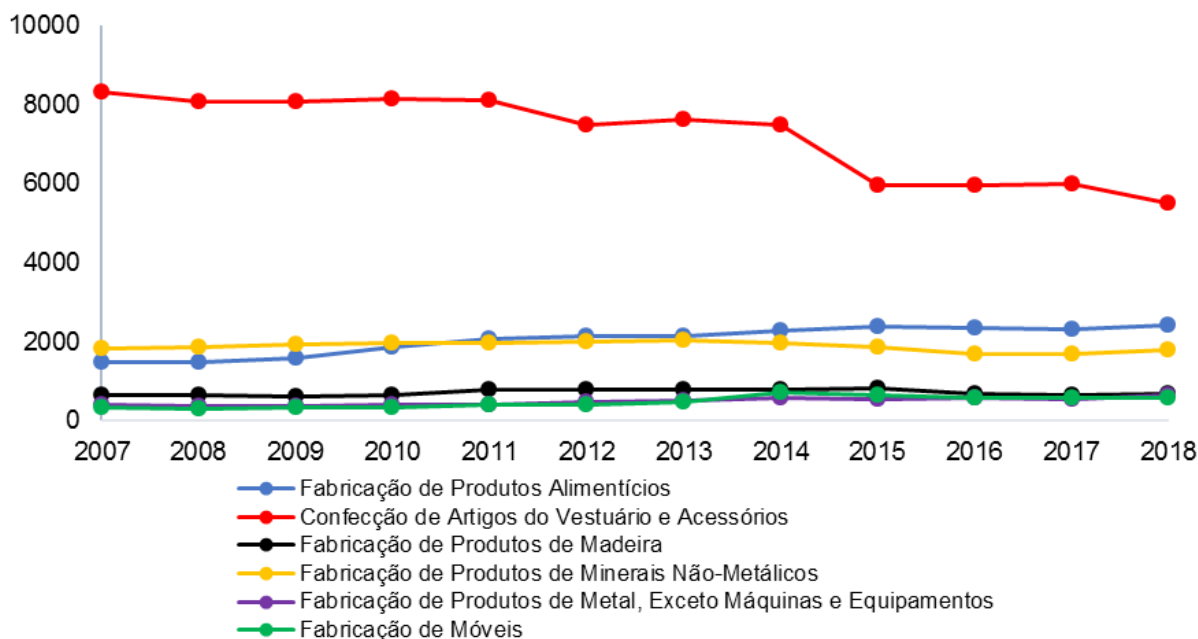
Nas entrevistas com membros do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) e empresários locais, percebeu-se ausência do tratamento de questões como inteligência artificial e *machine learning*, *big data*, *analytics*,

robótica, biotecnologia, nanofabricação, por exemplo, na pauta dos empresários locais.

A principal indústria da microrregião é a de transformação e como pode ser visualizado na Figura 2, não tem conseguido

ampliar o emprego formal. No caso do setor de vestuário e acessórios, um dos principais setores da região, o emprego formal, que é aquele geralmente de melhor qualidade, já que confere uma proteção social ao trabalhador, vem reduzindo drasticamente.

Figura 2: Evolução do emprego formal, por setores da indústria de transformação, na microrregião Centro-Oeste (2007 a 2018).



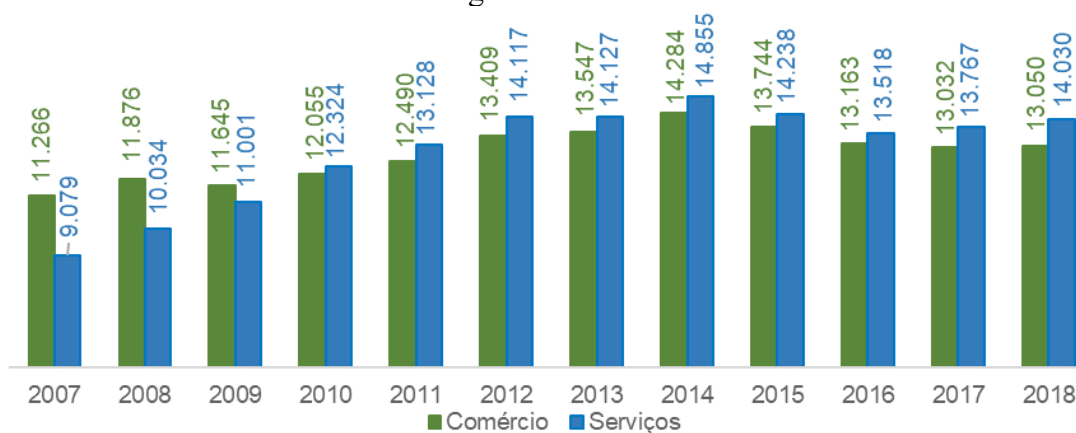
Fonte: RAIS/ME, 2018. Elaboração dos autores

O Objetivo 8 do ODS versa sobre promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. A indústria é um setor essencial para o crescimento econômico e para a geração de empregos mais qualificados. Nesse sentido, ações que venham fortalecer o setor são necessárias na localidade.

Sobre o setor de comércio e serviços, destacam-se os serviços de saúde, transportes e educação. Colatina e região contam com dois Ifes e uma instituição privada de ensino superior de referência na área da saúde. Recebem estudantes do Brasil todo. Em termos de saúde, o município de Colatina atende a outros 18 municípios, gerando emprego e renda para a cidade.

A Figura 3 mostra a evolução dos empregos formais dos setores de comércio e serviços na microrregião. Observa-se que são setores que têm evoluído na geração de emprego. No setor de serviços, os dados da Rais (2018) mostraram que naquele ano, o setor de serviços empregava 14.030 funcionários formais da microrregião Centro-Oeste, a maior parte deles nas atividades de: saúde humana e serviços sociais (20,9%); transporte, armazenagem e correio (17,5%); educação (13,5%); administrativas e serviços complementares (13,3%); e alojamento e alimentação (9,3%). Tornar esses segmentos mais competitivos é fundamental na microrregião.

Figura 3: Evolução dos empregos formais nos setores de comércio e de serviços na microrregião do Centro-Oeste



Fonte: RAIS/ME, 2018.

4.3.2 Turismo, Cultura e Economia Criativa

Quanto ao futuro da microrregião, além da diversificação agrícola e fortalecimento das atividades industriais, entre os setores econômicos portadores de futuro mais mencionados pelos entrevistados foram os serviços de educação, saúde e turismo. Especialmente no caso do turismo há uma expectativa pelo desenvolvimento em pelo menos três locais específicos: 1) São Pedro Frio, em Colatina; 2) Pancas e 3) Baixo Guandu.

Ressalta-se que a microrregião possui atrativos naturais em praticamente todos os 10 municípios e uma riqueza cultural pouco explorada. Em 2018, as atividades turísticas na microrregião registraram 1.878 postos de trabalho formais gerando uma massa de salários de pouco mais de R\$ 2 milhões, isto é, pouco expressivo levando-se em conta o potencial da localidade.

Nesse contexto, considerando os setores produtivos, a diretriz que precisa ser observada pelos gestores locais é a avaliação das vocações nos diferentes locais do território e implementação de ações específicas visando ampliar a competitividade de todos os setores. Isso implica observar as metas previstas nos

Objetivos 08, 09 e 12 do ODS. É preciso que os segmentos sejam fortes, inovadores, alinhados aos padrões de consumo e produção mais sustentáveis, permitindo a geração de trabalho decente para todos.

4.3.3 Ciência, Tecnologia e Inovação

Ainda no eixo temático Economia, uma atenção especial precisa ser dedicada aos aspectos relacionados à C,T&I. A microrregião demanda desde as inovações de menor complexidade, de baixo custo e de alto impacto social, a inovações na vanguarda do conhecimento. Não se pode pensar o desenvolvimento sustentável da microrregião para os próximos 15 anos se as lideranças de todos os segmentos produtivos não forem contemporâneas de sua época. Temas relacionados à economia circular, mudanças climáticas, indústria 4.0 precisam estar na pauta das lideranças empresariais, enquanto as instituições de ensino e pesquisa devem ter papel de destaque.

O plano de ação para a microrregião deve também contemplar a participação ativa dos pesquisadores locais que conhecem e desenvolvem pesquisas nas áreas de destaque da localidade, a saber o

agronegócio, a saúde, a educação e o turismo, por exemplo. C,T&I devem perpassar essas atividades.

Os gestores locais precisam organizar o sistema de C,T&I da região e incentivar o trabalho em rede. Há uma infinidade de pesquisas que hoje são desenvolvidas na região com impactos diretos no setor produtivo, mas não apenas na localidade. Há interesse da comunidade internacional por problemas relacionados ao Centro-Oeste, tendo em vista, por exemplo, as pesquisas sobre o rio Doce e a segurança hídrica que afetam diretamente os setores produtivos. Nesse sentido, a C,T&I deve possuir uma gestão local sintonizada com as redes globais. Estimular e integrar as atividades de ciência, tecnologia e inovação deve ser uma diretriz alinhada ao desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste, uma vez que essas atividades orientam e pavimentam a conexão com o futuro (ARBIX, 2018).

4.4 EIXO TEMÁTICO - AMBIENTAL

Não há dúvidas de que o tema mais latente na microrregião Centro-Oeste e crucial para o seu desenvolvimento diz respeito à segurança hídrica. A forte seca que se abateu sobre a microrregião é uma manifestação das mudanças climáticas que veem ocorrendo há anos. Em uma microrregião em que a agricultura tem importância econômica para os 10 municípios, sendo essa atividade altamente impactada por mudanças edafoclimáticas. Combater as mudanças climáticas, preservando a vida na terra e na água é crucial o desenvolvimento regional.

Praticamente todos os entrevistados destacaram que, em 2013, a região sofreu com fortes chuvas. Logo após, veio o longo período de estiagem, compreendido entre 2014 e 2017, que acabou traumatizando a região. Foi exatamente no momento em que a região se encontrava com a seca que, em 05 de novembro de 2015, houve o

rompimento da barragem em Mariana, com impactos profundos sobre o rio Doce que já vinha há décadas sendo maltratado.

A trilogia hídrica composta pelas fortes chuvas de 2013, longo período de estiagem e o desastre da Samarco fragilizou os produtores rurais e urbanos de forma sem precedentes na história recente da microrregião. Esses eventos hídricos associados à crise econômica, a partir do último trimestre de 2014, deixaram, especialmente, os produtores rurais familiares em situação de penúria econômica. Boa parte dos produtores não conseguiu honrar seus compromissos junto aos bancos, sobretudo no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Assim, para a microrregião Centro-Oeste, no tocante ao eixo ambiental foram elencadas as seguintes diretrizes: i) Incentivo às práticas de reflorestamento nas áreas com maior nível de degradação; ii) Avaliação da viabilidade de implementação de novas Unidades de Conservação na região; iii) Recuperação dos mananciais existentes na região.

Nessas diretrizes, que estão em consonância com os Objetivos 13, 14 e 15 do ODS, deverão ser incentivados Programas como o Reflorestar e o Programa Barraginhas, além da efetivação do pagamento pelos serviços ambientais. Soma-se a isso o cuidado com os corpos hídricos e com as Unidades de Conservação, para que se possa ajudar a recuperação do ecossistema.

4.5 EIXO TEMÁTICO – GESTÃO PÚBLICA

A dimensão política do desenvolvimento sustentável, a governança democrática, é concebida nos termos de Sachs (2008, p.16) como um “valor fundador e um instrumento necessário para que as coisas aconteçam”. Não deve ser um objetivo a ser alcançado apenas dos

Governos, embora eles devam ter papel de destaque na liderança do desenvolvimento (MAZZUCATO, 2014).

Tem-se assistido nos últimos anos, as dificuldades dos gestores em ampliarem suas receitas para fazerem as coisas

acontecerem, ao mesmo tempo em que se constata-se um aumento nas demandas sociais (GUARDIA, 2018). Na microrregião Centro-Oeste não é diferente. Como pode ser visto na Tabela 7, os municípios têm lidado com dificuldades de ampliar suas receitas.

Tabela 7: Receitas totais dos municípios, da região e do total dos municípios do Espírito Santo, entre 2014 e 2019, em R\$ mil, a preços reais*

Municípios e região	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TGCA 2014-2019
Alto Rio Novo	37.932,03	26.437,37	26.449,62	28.237,41	19.182,85	31.286,46	-3,78%
Baixo Guandu	111.095,15	96.287,19	90.704,28	90.065,44	102.614,39	110.781,22	-0,06%
Colatina	397.405,51	370.560,25	370.161,66	358.550,94	372.120,05	409.800,78	0,62%
Governador Lindenberg	25.822,60	42.339,94	40.245,71	39.022,29	45.630,47	44.657,71	11,58%
Marilândia	48.230,10	45.624,87	41.175,45	39.517,04	44.608,01	46.914,80	-0,55%
Pancas	69.609,61	58.336,31	53.825,30	52.767,40	60.427,95	67.680,14	-0,56%
São Domingos do Norte	45.169,71	37.550,55	36.075,68	35.965,71	40.463,89	40.031,31	-2,39%
São Gabriel da Palha	111.511,19	101.488,70	95.042,54	94.723,23	101.052,83	110.468,94	-0,19%
São Roque do Canaã	47.133,34	37.730,68	35.501,16	34.374,79	40.430,98	39.192,35	-3,62%
Vila Valério	-	56.567,99	53.352,63	52.357,04	55.756,88	54.928,06	-
Centro-Oeste	893.909,23	872.923,85	842.534,03	825.581,28	882.288,28	955.741,78	1,35%
Espírito Santo	13.321.809,24	13.794.638,59	12.995.938,18	12.645.010,06	13.454.684,06	14.368.901,54	1,52%

Fonte: TESOURO NACIONAL, 2020.

Nota: *IPCA médio de 2019

Observa-se os casos de municípios pequenos como Alto Rio Novo, São Roque do Canaã e Pancas que nos últimos cinco anos tiveram suas receitas reduzidas. Dos 10 municípios da microrregião, apenas Governador Lindenberg conseguiu ampliar significativamente sua receita no período e Colatina que ficou praticamente estabilizado.

Com poucos recursos disponíveis torna-se ainda mais crucial a necessidade de os municípios fazerem uma gestão mais eficiente e efetiva. A efetividade da gestão municipal pode ser medida pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IGEF) disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo. Como pode ser visualizado na Tabela 8, a efetividade da gestão municipal de todos os municípios da

microrregião Centro-Oeste é baixa, estando em fase de adequação (C+).

Quando se avalia o quesito capacidade de planejamento, nenhum município alcançou sequer a fase de adequação. Todos foram classificados como baixo (com nota C).

Nesse cenário, foram elencadas as seguintes diretrizes para o eixo Gestão Pública: i) Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) ii) Desenvolvimento de ações voltadas para promover a “cultura do planejamento” nas gestões públicas dos municípios da região e ações para o fortalecimento da capacidade de investimento desses municípios; iii) aperfeiçoamento dos incentivos fiscais

disponíveis nos diferentes municípios com a implementação de atividades visando sua

estruturação, de acordo com as particularidades / potencialidades locais.

Tabela 8: Resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, em 2017

Município	IEGM	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidades	i-Gov-TI
Alto Rio Novo	C	C	C	C	B	B	B	C
Baixo Guandu	C+	B	B	C	B	C+	A	B
Colatina	C+	B	C+	C	B	B	A	B+
Governador Lindenberg	B	B	B	C	B+	B	A	B
Marilândia	C+	B	C	C	B	C	B+	B
Pancas	C+	B	B	C	B	B	B+	C+
São Domingos do Norte	C+	B	C+	C	B	C	B	C+
São Gabriel da Palha	C+	C+	C	C	B+	B+	A	C+
São Roque do Canaã	C+	C+	B	C	B+	B	C	C
Vila Valério	C	C+	C	C	B	C	C+	C+

Fonte: TCE-ES, 2020.

Tais diretrizes estão em consonância com os Objetivos 16 e especialmente o 17 do ODS, que ressaltam a importância de uma governança que crie condições para viabilizar os recursos, o estabelecimento de parcerias necessárias para as coisas acontecerem. Essas são condições fundamentais para que a sociedade alcance o progresso com redução das desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com este artigo construir uma proposta de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da microrregião Centro-Oeste, que integra o Arranjo 3, do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo. Entendeu-se como diretrizes estratégicas os caminhos, as linhas mestras que devem ser seguidas para o alcance de um objetivo. Nesse caso, o objetivo é desenvolvimento sustentável da microrregião.

Em termos metodológicos, o ponto de partida para elaboração dessas diretrizes foi o estudo do diagnóstico integrado da microrregião que já contempla uma análise dos planos de governo anteriores e uma síntese das aspirações sociais do território.

Visando compatibilizar os 05 eixos do Projeto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, elaborou-se uma abordagem das diretrizes estratégicas alinhando os 17 Objetivos do ODS aos 5 eixos temáticos do DRS. As diretrizes estratégicas foram construídas por áreas dentro dos eixos temáticos como pode ser visto no Quadro 2.

Como pode ser visto no Quadro 2, foram elaboradas 22 diretrizes estratégicas distribuídas nos 05 eixos temáticos. Ao longo do artigo, foram mostradas em cada diretriz a sua justificativa, bem como apontadas as intersectorialidades envolvidas em cada caso.

O objetivo central do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo é promover o desenvolvimento de forma mais equitativa, de modo a distribuir os benefícios gerados para todas as microrregiões do estado, reduzindo as desigualdades sociais e valorizando o potencial endógeno de cada território. Trata-se de uma tarefa desafiadora que exige diretrizes ousadas que nos termos de Atkinson (2015, p. 26)

juntas, poderiam mover nossas sociedades em busca de um nível significativamente menor de desigualdade. Isso abrange muitas áreas da política e não se restringe à redistribuição fiscal - por mais importante que ela seja. A redução da desigualdade deveria ser uma prioridade de todos. Dentro do governo, ela diz respeito ao ministro

responsável pela ciência tanto quanto ao responsável pela proteção social; diz respeito à política de concorrência tanto quanto à reforma do mercado de trabalho [...].

O futuro das microrregiões do estado do Espírito Santo deverá ser construído de forma coletiva.

Quadro 2: Diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da microrregião Centro-Oeste

Eixos Temáticos	Área	Diretrizes Estratégicas	Justificativa
Social	Desigualdade e Pobreza	Atuação de maneira específica e direcionada para as particularidades locais, visando a erradicação da pobreza	Tendo em vista as quantidades e os perfis das pessoas cadastradas no sistema do cadúnico são necessárias ações para erradicação da pobreza e extrema pobreza na microrregião
	Saúde e bem-estar	Fortalecimento da rede de atenção primária e de serviços de saúde em todos os distritos do território	Pelo fato de a região dispor de uma ampla rede de saúde, especialmente em Colatina, mas necessitar de melhorias na rede de atenção primária, especialmente nos demais municípios, bem como em seus distritos e áreas rurais
	Educação	Implementação de melhorias nas práticas de ensino em todos os níveis, especialmente na educação básica	Tendo em vista as oportunidades e os desafios inerentes a inserção da tecnologia nas práticas de ensino das escolas na região
		Melhoria na infraestrutura das escolas da educação básica da região	Em função das necessidades de se adaptar e/ou de se estruturar as escolas da região, em função dos novos recursos tecnológicos disponíveis
		Estímulo às práticas de empreendedorismo e de cooperativismo nas escolas da região	Pelo fato de a promoção do empreendedorismo e da cooperação ser uma demanda recorrente entre os levantamentos realizados na região
	Alinhamento da oferta de cursos de ensino técnico e superior da região, com suas vocações e potencialidades	Pela região não dispor de alguns profissionais e/ou de cursos de formação específicos para algumas atividades alinhadas a suas vocações e/ou potencialidades	
Segurança e Paz	Promoção de ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social na região de acordo com as particularidades locais	Tendo em vista a necessidade de se analisar o território e de se implementar ações específicas, nas áreas com maiores níveis de vulnerabilidade social	
Território/ Infraestrutura	Água e esgoto	Ampliação da rede de esgoto tratado na região	Diante da necessidade de tratar e reduzir a quantidade de esgoto <i>in natura</i> lançado nos mananciais da região considerando também os desafios associados ao tratamento de esgotos gerados nas áreas rurais
	Habitação	Monitoramento e controle da expansão das cidades	Em função da ausência de controle sobre a expansão das cidades da região e por conta dos próprios desafios associados a implantação de infraestruturas
		Análise e controle das legislações vigentes e implementação de ações voltadas para o ordenamento do território	Pelo fato de não haver um alinhamento entre os municípios, no momento em que se estabelecem as delimitações de seus zoneamentos, em seus PDMs
	Infraestrutura de Transportes	Integração do sistema de transportes disponíveis na região (rodoviário, ferroviário e aeroviário)	Diante da baixa integração entre os diferentes tipos de transportes existentes na região
Monitoramento do fluxo de origem e destino de produtos que circulam pela região e implementação de		Tendo em vista o perfil dos produtos que circulam na região, como por exemplo, os blocos de granito, e a necessidade de	

Eixos Temáticos	Área	Diretrizes Estratégicas	Justificativa
		entrepósitos para facilitar sua concentração / distribuição	solucionar seus gargalos, bem como reduzir os valores dos fretes
	Telecomunicações	Ampliação da cobertura das redes de telefonia móvel e de internet na região	Dado o baixo nível de cobertura e os relatos de dificuldades de acesso as redes de telefonia móvel e/ou de internet, especialmente nas áreas rurais da região
	Energia	Estímulo à geração de energias renováveis na região	Tendo em vista as necessidades de se implantar medidas sustentáveis e de se buscar uma autonomia na produção e na distribuição de energia na região
Economia	Setores Produtivos	Avaliação das vocações nos diferentes locais do território e implementação de ações específicas visando ampliar a competitividade dos setores	Diante das diferentes vocações econômicas existentes no território e as necessidades de se implementar ações específicas para estruturá-los e/ou potencializá-los
	Ciência, Tecnologia e Inovação	Integração da rede de C, T&I na região	Pelo fato de a região ter diversos atores que produzem C,T&I na região, mas não atuarem de maneira integrada
Ambiental	Meio Ambiente	Incentivo às práticas de reflorestamento nas áreas com maior nível de degradação	Diante do baixo nível de cobertura florestal e dos níveis de degradação do solo, especialmente nas áreas próximas aos mananciais
		Avaliação da viabilidade de implementação de novas Unidades de Conservação na região	Pela reduzida quantidade de Unidades de Conservação existentes na região e pela necessidade de preservação de algumas áreas do território, especialmente nas proximidades de nascentes
		Recuperação dos mananciais existentes na região	Em função das necessidades de se recuperar nascentes e/ou de se implantar ações específicas para preservação das áreas de mata ciliar
Gestão Pública	Governança e Gestão Fiscal	Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS)	Tendo em vista que o CDRS foi criado em 2019 e regulamentado em 2020, ainda com baixa articulação entre os atores, a reestruturação e fortalecimento do Conselho faz necessária
		Desenvolvimento de ações voltadas para promover a “cultura do planejamento” nas gestões públicas dos municípios da região e ações para o fortalecimento da capacidade de investimento desses municípios	Tendo em vista os baixos níveis de planejamento realizados pelas gestões municipais, conforme os levantamentos do TCE-ES, bem como da capacidade de investimento dos municípios
		Aperfeiçoamento dos incentivos fiscais disponíveis nos diferentes municípios com a implementação de atividades visando sua estruturação, de acordo com as particularidades / potencialidades locais	Diante das diferentes alíquotas e/ou de incentivos fiscais existentes na região e da necessidade de uma padronização, considerando especialmente as vocações e/ou particularidades locais

Fonte: Elaborado pelos autores

AGRADECIMENTOS

À FAPES, pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. Bacia do Rio Doce: Rompimento da

Barragem em Mariana/MG. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. v.1, n.1,p.1-50, 2016.

ARBIX, Glauco. Ciência e tecnologia. In: PINSKY, Jaime (org.). **Brasil: o futuro que queremos**. São Paulo: Contexto, 2018.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: Leya, 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019a. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso: 30 jul. 2020.

BRASIL. **Histórico ODM**. 2019b. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20do,estados%20membros%2C%20inclusive%20o%20Brasil.&text=Forum%20estabelecidos%208%20objetivos%2C%20com,por%20meio%20de%2060%20indicadores.. Acesso em: 06 maio 2021.

CHIMHOWU, A O.; HULME, D.; MUNRO, L. T. The 'New' national development planning and global development goals: Processes and partnerships. **World Development**, 120, P. 76–89, 2019.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020. Disponível em: <https://administrativo.ufes.br/sistema/contratos/transparencia/contrato=4779/download;jsessionid=934EB43745CB653A9CC95EDBA8904813>. Acesso em 09 maio 2021.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – DRS. **Arranjo 3: microrregiões Centro-Oeste e Rio Doce**. IFES, 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

GELLS, F.W. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Research Policy**, v.33, n.6/7, p.897–920, 2004.

GELLS, F.W. Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. **Research Policy**, v.39, p. 495-510, 2010.

GELLS, F.W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research Policy**, v.31, n.8/9, p.1257–1274, 2002.

GUARDIA, E. R. **Avaliação de políticas públicas: Guia prático de Análise Ex Post**. v. 2. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2017**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. **Transição Verde: oportunidades e desafios para o Brasil**. **Carta IEDI**, Ed. 1075, abr 2021. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1075.html. Acesso em: 15 nov. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Perfil da Pobreza no**

Espírito Santo: Famílias Inscritas no CADÚNICO. 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6702>. Acesso em: 02 ago. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Informações da Segurança Pública**. Vitória, 2020a.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Painel Infraestrutura 2020**. Vitória, 2020b.

LEAL, Érika de Andrade Silva; VILLASCHI FILHO, Arlindo. **Industrialização Retardatária, Inovação e Meio Ambiente: O Caso Capixaba**. In: MORANDI, Angela Maria; GRASSI, Robson Antônio; OTTONI, Alexandre (Org.). *Questões Contemporâneas em Economia*. 1. ed. Vitória: Mil Fontes, v. 3, p. 75-94, 2020.

MAZZUCATO, M. **Mission economy – a moonshot guide to changing capitalism**. Allen Lane, 2021.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MIRANDA, R.A. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional Sustentável no Brasil: Casos de sucesso**. 2018. 43 p. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116534/2/296883.pdf>. Acesso em 06 mai. 2021.

MUNRO, L.T. The resurgence of national development planning: how did we get back here? **International Studies Association**, San Francisco, April 7, 2017.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS. **Indicadores**

Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 05 mai. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, J. A. P. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Rio de Janeiro. v. 40, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO – SESA. **Tabulação de Dados**. 2020. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/tabulacao-de-dados-tabnet>. Acesso em: 18 maio 2021.

SECRETARIA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/ME)**. 2018. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais>. Acesso em: 18 maio 2021.

SESSA, Celso Bissoli; LEITE, Daniel Farinelli; FELIPE, Ednilson Silva; LEAL, Érika de Andrade Silva; FARIA, Luiz Henrique Lima; TEIXEIRA, Rafael Buback; MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Das recentes crises econômicas à crise da Covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. **Revista Ifes Ciência**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 40-62, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO –

SNIS. **Dados 2018**. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDk5NWYwYzgtMTk2MS00NmMyLWI3ODAtMmVlZTBkZTUzOGNhIiwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMtNGJmS05ODMwLTZmNDY3NTJmMDNINCIsImMiOiJF9>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

TESOURO NACIONAL. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. 2020. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – TCE-ES. 2020. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**, 2017. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/2019/07/relatorio-ieg-2018.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNITED NATIONS. **Our Common Future** – The World Commission on Environment and Development. Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.